EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: UMA EXPERIÊNCIA DO PIBID-HISTÓRIA-UFPB

Ângelo Emílio da Silva Pessoa♦

RESUMO
Durante a vigência do PIBID-História-UFPB (Edital 2011), que tive a oportunidade de coordenar, a equipe desenvolveu uma experiência relacionada à educação patrimonial, tomando como eixo a experiência dos estudos do meio, realizado na região central de João Pessoa. A presente comunicação pretende apresentar os elementos gerais da experiência, bem como gerar subsídios para a realização de novas oficinas de educação patrimonial, que envolvam a equipe do PIBID do Edital 2014.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.

O presente artigo tem a pretensão bastante pontual de levantar algumas questões sobre a experiência de educação patrimonial realizada no âmbito do Programa Institucional de Educação Patrimonial (PIBID), desenvolvido na UFPB, a partir do Edital 2011, entre os anos de 2011 e 2013.

Tomamos como ponto de partida o saldo de experimentações pretéritas do autor com educação patrimonial, realizada em sua maior parte na condição de Professor de Educação Básica na Rede Municipal de Educação de Campinas (SP), entre os anos de 2000 e 2005, que culminou com o lançamento da obra "Conhecer Campinas numa perspectiva histórica"[1], coordenado e organizado pelo autor desse texto, com participação do Grupo de Estudos e Trabalho "Os Estudos do Meio na Prática Pedagógica".

Consideremos, a princípio, uma abstração: as condições concretas de desenvolvimento do trabalho tanto nas Escolas envolvidas quanto no âmbito da UFPB. Isso não significa dizer que tais condições não interferem de forma decisiva e não possuem um peso preponderante. Pelo contrário, elas aparecem como óbices de monta, tais como precariedade reiterada das condições materiais, greves, desestímulo de professores, etc., mas o desenvolvimento da experiência se deu partindo precisamente de tais condições e buscando transcendê-las para tornar a experiência efetiva e valiosa para seus participantes. Para nossos propósitos, não podemos idealizar uma Escola que oscile entre as visões estereotipadas de céu e inferno – sem negar os ingentes problemas que permeiam a vida escolar – mas temos de atuar na Escola que efetivamente existe, com seus problemas e possibilidades.

Outrossim, a experiência aqui apresentada se restringe ao trabalho entre Coordenação e bolsistas de Graduação, uma vez que o trabalho com a equipe escolar e os alunos das Escolas envolve outras problemáticas e outro alcance de intervenções didático-pedagógicas, além de condições práticas de realização. Acresça-se a isso, o fato do PIBID de História da UFPB haver atuado à época em três Escolas com situações bastante distintas, o que limita o alcance das generalizações que possam surgir dessas considerações, mas não as invalida como possibilidade de reflexão. A título de informação, atuamos, entre os anos de 2011 e 2013, em três Escolas da Rede Estadual de Educação da Paraíba, na cidade de João Pessoa, a saber: Escola Estadual de Ensino

♦ Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).
[1] PESSOA, Ângelo Emílio da Silva (Coord. e Org.). **Conhecer Campinas numa perspectiva histórica**. Campinas: Secretaria Municipal de Educação; Brasília: FNDE, 2005.

Fundamental e Médio "Professora Olivina Olívia Carneiro da Cunha" (Centro), Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio "Professor Luiz Gonzaga de Albuquerque Burity" (Tambiá – região central) e Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio "João Roberto Borges de Souza" (Mangabeira). Ao longo desse tempo, o PIBID contou com uma equipe de 20 e posteriormente 25 bolsistas de Graduação, o que enquadra a experiência.

Cabe, nesse momento, uma consideração geral acerca das identidades e diferenças entre a educação patrimonial e os estudos do meio. Não se pretende aqui esgotar qualquer definição nesse sentido sobre a gama de possibilidades e distinções de ambas as práticas, mas apenas apontar uma possível e singela definição para mero efeito de prosseguimento de nossa discussão. De forma bastante sucinta podemos atribuir à educação patrimonial uma série de procedimentos didático-pedagógicos que tenham como escopo o estudo das mais diversas acepções de patrimônio (arquitetônico, cultural, ambiental etc.), que podem ser realizados no âmbito de uma sala de aula, Biblioteca ou outro espaço. Já em relação ao estudo do meio (que pode ser articulado a uma atividade de educação patrimonial), se preconiza um processo de observação mais direta de questões/conteúdos já trabalhados em sala de aula, que pode envolver ou não o deslocamento de uma classe, Escola ou grupo de estudantes, de seu espaço mais canônico da sala de aula, para espaços distintos. Embora não seja comum, a depender da abordagem utilizada, a própria sala pode se constituir num desses espaços de observação. Nesse sentido, o estudo do meio é similar a um trabalho de campo, tal como realizado em diversos níveis de ensino.

Postas essas preliminares, realizaremos algumas considerações de ordem mais teórica sobre a educação patrimonial e o saldo das experiências anteriores, partindo, então, para uma avaliação da atividade desenvolvida no PIBID e sugestões para seu aprimoramento, desdobramento e continuidade.

SOBRE A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.

Grosso modo, as experiências de educação patrimonial disseminadas no país são muitas e diversas. Em condições as mais distintas e sob pressupostos os mais diversos, é relativamente comum a realização de atividades de estudos do meio pelas Escolas e Secretarias de Educação e Cultura, algumas com inegáveis méritos e com saldos qualitativos significativos. Há material de subsídio teórico-metodológico produzido com grande rigor e que ampara novas propostas que podem surgir[2]. Outrossim, parte relevante de tal material, por estranho que possa parecer numa avaliação meio apressada, não é de forma alguma novidade inventada em dias recentes, mas já possui uma acumulação de algumas décadas de trabalho de gerações de professores e que merece o devido respeito, tão raro nas falas novidadeiras que querem tudo reduzir ao seu talante. Evidentemente, cada uma dessas experiências, em seu devido tempo, pode

[2] De extensa lista podemos indicar GRINBERG, Keila; LAGÔA, Ana Maria Mascia; GRINBERG, Lúcia. **Oficinas de história:** projeto curricular de Ciências Sociais e de História. Belo Horizonte: Ed. Dimensão, 2000 e HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina e MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999. Em relação a João Pessoa, destacamos as seguintes publicações: PARAÍBA, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Secretaria de Educação do Estado da Paraíba – SEDEC. **Programa de Educação Patrimonial "João Pessoa, Minha Cidade"**; Orientações Pedagógicas, 2009; SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NA PB (org.). **Educação Patrimonial:** orientações ao professor. Caderno Temático 1. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2011 e SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NA PB (org.). **Educação Patrimonial:** reflexões e práticas. Caderno Temático 2. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012.

ser avaliada, entretanto, não se pode, em sã consciência, afirmar que a educação patrimonial seja invenção de dias recentes.

Em termos muito gerais, no entanto, podemos observar que falta uma sistematicidade mais efetiva, e várias experiências, muitas vezes, não transcendem a condição de divertidos passeios episódicos, que não possuem maior articulação com o trabalho pedagógico na Escola e no âmbito da disciplina de História. Em amplos traços, num determinado dia alunos e professores se colocam em ônibus, dirigem-se a algum centro histórico[3] ou museu, fazem uma atividade com caráter entre estudo e lazer, retornam à Escola e pouco mais disso se vincula ao que acontece a montante e a jusante da atividade. Sem desmerecer essas atividades, cremos que as mesmas podem se revestir de maior potencial, articulando mais efetivamente os conteúdos das disciplinas e gerando uma experiência de conhecimento que vá além de uma tarde divertida para a Escola.

O ponto de partida, certamente, dá-se a partir da vinculação entre a educação patrimonial (e, de maneira mais abrangente, os estudos do meio) e o planejamento escolar. Essas atividades, pela sua complexidade – até por normalmente envolverem o sempre delicado deslocamento de alunos do espaço estritamente escolar –, exigem mais que uma boa vontade improvisada; exigem longo e rigoroso planejamento de ordem prática e sua direta relação com o conteúdo das disciplinas desenvolvidas no espaço escolar. Não é por ser um estudo do meio num centro histórico, que a atividade se limite à disciplina de História ou das áreas de Artes e Humanidades. Na mesma medida, um estudo num Jardim Botânico, Parque Ecológico, Empresa de fornecimento de Energia Elétrica ou de Água se restrinjam às disciplinas das Ciências da Natureza. A busca de uma perspectiva interdisciplinar e a interação de conteúdos das mesmas é possível e desejável, muito embora exijam estudos prévios e bastante planejamento.

Posto esse ponto, adverte-se que o estudo do meio em educação patrimonial tem como ponto de partida e chegada a sala de aula e a disciplina nela desenvolvida. A escolha do lugar da atividade – que, rigorosamente, pode ser qualquer um que se adapte aos propósitos da mesma –, deve se estribar na sua relação com os conteúdos e o processo avaliativo de cada disciplina envolvida. Os objetivos devem ser claros, o trabalho deve se iniciar com as explorações iniciais na sala de aula, e deve se encerrar com um processo avaliativo final. Isso não significa um "amarramento" da ampla liberdade de observação de cada participante do estudo, mas uma "articulação" entre o que se estuda em sala de aula e fora dela, de tal forma que esse estudo ganhe em densidade e profundidade. A finalidade mais ampla é o estabelecimento de uma relação entre o conhecimento aprendido/produzido na Escola e o que se pode observar fora do espaço escolar. Por isso, a ida a uma Igreja barroca do século XVII, a uma unidade de produção contemporânea e com alta sofisticação tecnológica ou a uma comunidade indígena ou quilombola podem permitir um amplo processo de produção de conhecimento, ou, em caso contrário, apenas o contribuir para o reforço de estereótipos os mais diversos que podem circular entre a comunidade escolar. O fascínio acrítico em relação à tecnologia contemporânea ou à atribuição de condição pitoresca e exótica em relação a um testemunho arquitetônico antigo ou a uma comunidade cultural, ao invés de contribuírem para uma ampliação do olhar de cada participante, podem redundar num efetivo embrutecimento desse mesmo olhar.

[3] Já discutimos a noção problemática de "centro histórico" em PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. Apropriação e fruição coletivas do patrimônio cultural na construção da cidadania. IN: CEBALLOS, Rodrigo e BEZERRA, Josineide da Silva (orgs.). **História, Memória e Comemorações**. Campina Grande: Ed. UFCG, 2012.

Partindo de algumas valiosas observações de Jean-Noël Luc, podemos, de antemão, concordar com a afirmação de que é essencial "partir do meio, porém não permanecer nele" e que "o importante está em tua observação, não na coisa observada"[4]. Com isso, defende-se aqui uma relação interativa entre os participantes do processo educativo e o possível meio, na qual o estudo não se limite a uma contemplação passiva do meio, mas na transformação do meio num "ponto de partida" para indagações dos participantes, para a produção de novos modos de conhecer.

O ESTUDO DO MEIO NO CENTRO DE JOÃO PESSOA.

Uma das primeiras questões colocadas quando foi proposta a realização de um estudo do meio, tratou-se de estabelecer um roteiro pela região central de João Pessoa. Essa extensa área encontra-se tombada pelo IPHAN desde o ano de 2007, englobando dezenas de imóveis e suas áreas envoltórias. Nessa região, a cidade foi estabelecida nas últimas décadas do século XVI, após uma violenta disputa territorial com as populações indígenas potiguara, que habitavam a o que veio a se tornar a atual cidade.

Nela está presente um numeroso conjunto de edificações de vários séculos, um número considerável de manifestações culturais, além do conjunto de moradores, frequentadores e atividades diárias, muitas delas de teor comercial ou administrativo. Nas últimas décadas, a função de moradia tem diminuído na região, num processo muito similar aos de outros "centros históricos", levando às discussões entre administradores, urbanistas e outros especialistas e a população em geral, acerca de questões espinhosas como "abandono" de bens imóveis (e os reconhecidos fatores de acumulação e especulação imobiliária), a marginalização social, a regressão das atividades econômicas, as propostas de "revitalização", entre outras. Esse vasto elenco de problemas não encontra respostas no estudo do meio, muito embora os conhecimentos produzidos pela experiência possam permitir um enriquecimento do diálogo necessário sobre a vida na cidade, que, em última instância, é a condição *sine qua non* da própria cidadania.

Certamente, se estão presentes no Centro muitas edificações que se constituem em valiosos testemunhos dos séculos XVII a XX, não se ignora que se está numa cidade da segunda década do século XXI. Não existe uma "viagem ao passado", mas se experimenta uma relação entre o presente e o acúmulo de outras temporalidades no momento presente. Com isso queremos dizer que se determinada edificação é remanescente do século XVIII, por exemplo, ela está situada na contemporaneidade e é a partir dessa temporalidade que devemos experimentar a observação.

Tendo por base os conhecimentos prévios acumulados em documentação diversa e produção intelectual de urbanistas, arquitetos, historiadores, memorialistas e outros, foi definido um roteiro – entre muitos possíveis – que teve a seguinte configuração:

08:00	Praça 1817
08:30	Praça dos Três Poderes
08.50	Rua Duque de Caxias e Praça Vidal de Negreiros
09:15	Igreja da Misericórdia
09:45	Praça Rio Branco
10:00	Praça Dom Adauto – Igreja de N. Srª do Carmo
10:30	Adro e Convento de Santo Antônio
11:30	Catedral Basílica de Nossa Senhora das Neves e Mosteiro de São Bento
12:00	Almoço

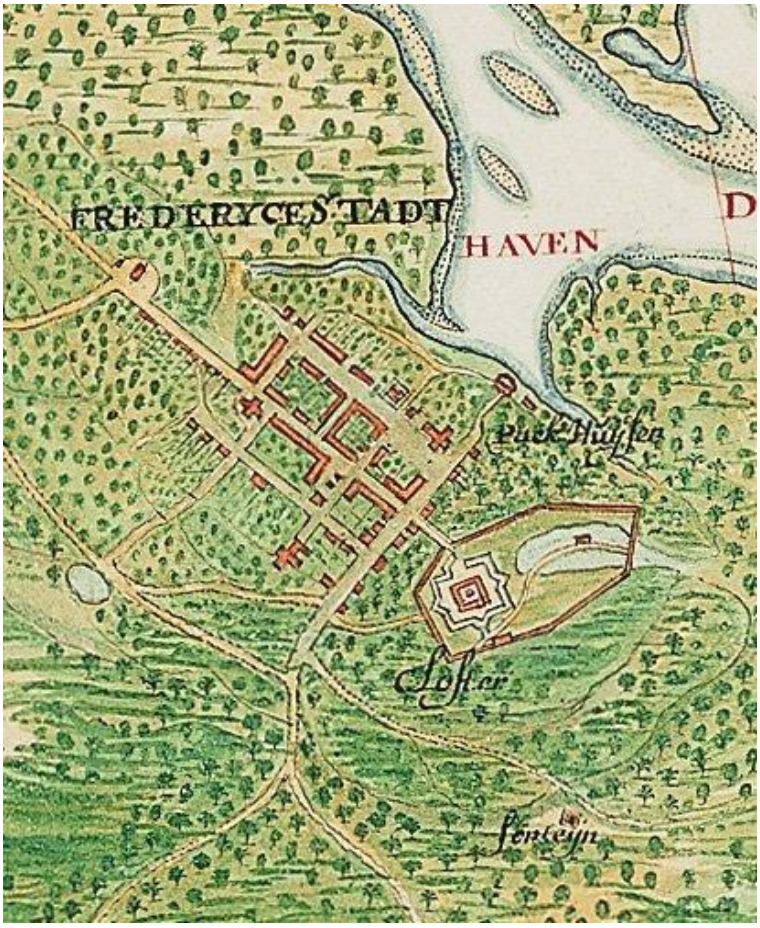
[4] LUC, Jean-Noël. La Ensenanza de la Historia del Medio. Madrid: Cincel, 1981.

13:00	Praça Nossa Senhora das Neves e Casa da Pólvora – Bica dos Milagres (?)
13:30	Antiga Fábrica de Vinhos de Caju "Tito Silva" – Oficina Escola
14:10	Praça Antenor Navarro
14:30	Largo e Igreja de São Pedro Gonçalves – Hotel Globo e IAB
15:30	Rua Visconde de Inhauma – Comunidade do Porto do Capim
16:30	Encerramento

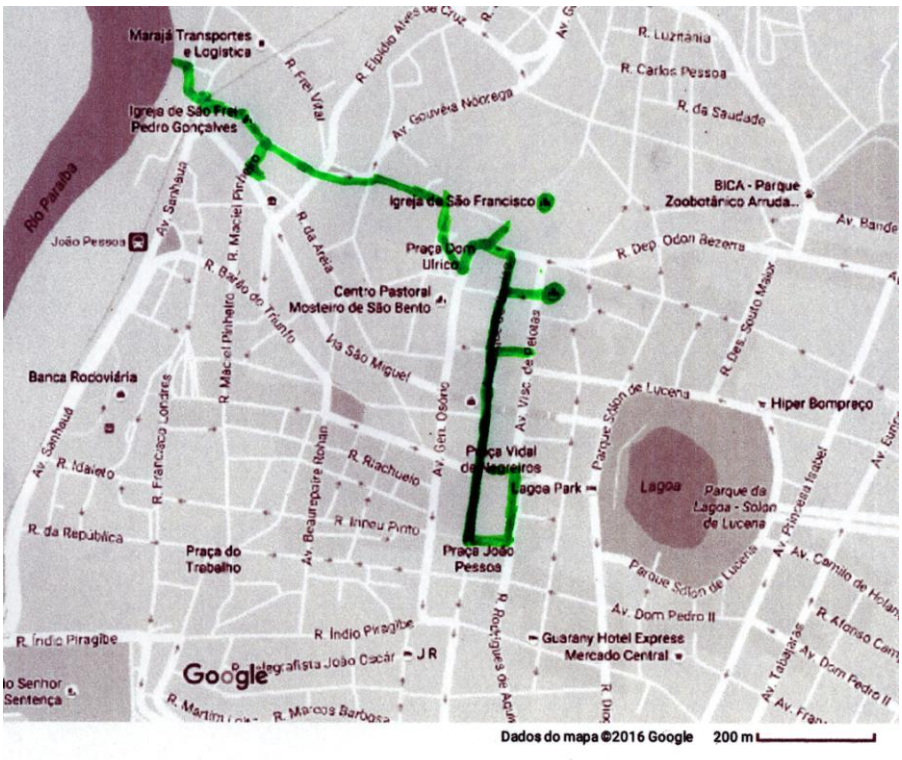
Cumpre dizer que a proposta sofreu pequenas alterações, devido ao acréscimo de locais, ao tempo utilizado em certos trechos e à resolução de seu encerramento por volta de 13:00 h., com definição de sua segunda etapa em data a ser definida.

Antes de entrarmos propriamente no teor do roteiro, cabe uma observação de ordem prática: entre a proposta e sua realização, deve-se observar um princípio que poderíamos definir através de um aparente contrassenso como "rigor flexível". Isso implica em se definir um cronograma de execução que não se preocupe em "ver 50 atrações em 50 minutos" – tão ao gosto de certos "pacotes" – mas também se preocupe com certa pontualidade em função do tempo total da experiência. Desde a elaboração do roteiro, deve-se prever um tempo confortável para observação detida, exposição do coordenador do estudo, questionamentos dos participantes ou certa tolerância para o "desvio" que enriqueça a experiência, como o contato com pessoas nas ruas, a sugestão de observação de algo inicialmente não previsto etc. Desde que essa flexibilidade não comprometa o teto da atividade (até porque, em situações de Escola envolve o horário de entrada e saída dos alunos) e gere certos contratempos para os participantes.

Voltando ao roteiro, o mesmo foi concebido tendo como princípio uma espécie de caminhada feita entre a antiga baixa da cidade de finais do século XVI, ingressando efetivamente na área urbana até o antigo porto. Certamente, como dissemos acima, estamos numa cidade do século XXI, mas a experiência se volta a pensar certo deslocamento de temporalidade, sem volta ao passado. Observando os mapas abaixo, podemos identificar o que se trata aqui.



Frederica Civitas, 1637/1645, de Jan van Brosterhuisen – Orientado para Oeste.



Roteiro projetado na planta atual da cidade (orientada para o Norte). Pequeno trecho no rendilhado de ruas do centro.

Observado as cartas do século XVII e atual, podemos constatar que o ponto de partida do roteiro situa-se num ponto que estava fora da mancha urbana da cidade de cerca de 1640. O propósito seria o de "entrar" na velha cidade, a partir de uma área adjacente, hoje situada em pleno coração do centro, dando a percepção de escala entre as duas configurações urbanas ao longo desses séculos. As noções de perto-distante ou centro-arrabalde não são elementos fixos no tempo, mas dependem de cada forma de sociabilidade e de sensibilidade próprias de cada época, ou seja, são historicamente situadas.

Assim, indo do arrabalde próximo ao centro, seguindo, por fim à zona portuária, permite um rico exercício de comparação entre a cidade e sua própria espacialidade na perspectiva temporal. Isso não implica numa "volta ao passado", mas numa percepção da "densidade" temporal presente no espaço contemporâneo. Esse ponto (ou plano) de observação está diretamente relacionado à educação do olhar que um estudo de tal teor deve propiciar. Outrossim, os barulhos e cheiros do lugar também são experiências sensoriais significativas, que não devem deixar de ser devidamente percebidas quando se tratar do caso.

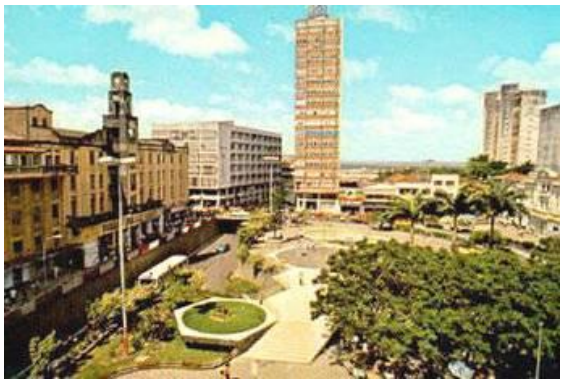
Postas essas preliminares, vamos propriamente "caminhar" no roteiro proposto. Certamente, o desconhecimento da área implica num alto nível de abstração pelo leitor, mas esse é o ônus a pagar na transição da experiência vivida à escrita subsequente. Dados os limites desse artigo, apenas descreveremos alguns trechos do roteiro, procurando adensar o seu entendimento.

No ponto de partida (alterado em relação ao quadro apresentado acima), atual Praça Vidal de Negreiros, anteriormente Ponto de Cem Réis e primitivamente a "baixa" (devido a uma declividade moderada em relação à antiga área central), percebemos uma esplanada aberta, de movimento comercial, com edificações de diversas datações ao longo do século XX, algumas fechadas e em estado de degradação. Foi solicitado aos participantes uma primeira observação livre, com as primeiras impressões do que tinha chamado mais à atenção. A resposta oscilou entre os prédios de grande porte abandonados, um monumento em homenagem a Vidal de Negreiros, a fachada monumental do antigo Paraíba Palace Hotel, hoje abrigando um Shopping Center Popular e o Edifício Régis. Um ou outro participante chamou atenção sobre a população local (ou os transeuntes) e informou sobre algumas memórias de pais sobre o centro em décadas passadas. Concluídas as primeiras observações, procurou-se elencar alguns pontos significativos da experiência.

Primeiramente, chamou-se atenção às condições de degradação de algumas edificações, expressas na existência de vegetação crescendo em frestas nas suas fachadas. Isso serviu para alertar aos participantes a passagem do tempo e a dinâmica de construção-destruição associadas à natureza e aos engenhos humanos. O Coordenador sugeriu que se percebesse que a conservação, nesse sentido, era um processo artificial, pois implicava em ações de manutenção de condições que seriam alteradas/destruídas pelas forças naturais caso entregues à própria sorte. Isso sugere que a conservação não é um processo espontâneo e natural, mas que depende de decisões de manutenção de certas condições definidas por pessoas ou pela sociedade, com envolvimento de vontades, custos e outros fatores intervenientes. Isso leva, em última instância, à percepção de que a cidade não é um produto da natureza, mesmo com séculos de existência, mas é uma construção artificial, humana, que nem sempre esteve ali e que, num prazo muito longo, provavelmente já não mais esteja. Sua existência está diretamente relacionada a uma historicidade, seja das pessoas seja de suas obras e de seus vestígios ao longo da duração dos tempos.

Num segundo passo, foram ressaltadas as diferenças de volumetria e estética das edificações existentes. As mesmas oscilavam entre térreo e cerca de 20 andares. Os estilos construtivos se configuravam bastante diferentes, apresentando desde fachadas bastante rebuscadas com paredes grossas e outros nos quais predominavam as linhas retilíneas e as paredes delgadas. Uma breve discussão sobre as técnicas construtivas e as funcionalidades arquitetônicas e urbanísticas foi empreendida. O desenvolvimento da técnica construtiva do concreto, por exemplo, permitiu a construção de prédios mais altos e de paredes mais delgadas (diminuindo o peso da construção) e o surgimento dos arranha-céus, o que não seria possível com a utilização de pedras, taipa e tijolos de construções mais antigas. Isso está ligado também ao desenvolvimento dos elevadores, que permitiram o deslocamento a andares superiores. Outrossim, em termos do desenvolvimento urbano, a construção de prédios desse porte a partir da década de 1950 marcou o ingresso da cidade em novos âmbitos da produção e circulação de mercadorias e serviços resultantes do desenvolvimento capitalista. Isso não se deixa de associar, também, à reconfiguração social do espaço, com a supressão de edificações remanescentes do período escravista, especialmente a antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (século XVIII), à subsequente implantação do sistema de bondes (tração animal nos finais do século XIX e elétricos na segunda década do XX) e à geração de outras formas de exclusão no espaço urbano. Os prédios fronteiros ao Paraíba Palace (Edifício Duarte da Silveira e edificação vizinha), hoje praticamente abandonados como resultado da incúria dos proprietários, o jogo especulativo imobiliário e a pouca fiscalização do poder público, atestam outras dimensões de problemas em relação ao viver no espaço urbano.

Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, 1920.
Atual Praça Vidal de Negreiros. O popular Ponto Cem Réis.



Imagens do Ponto Cem Réis, Praça Vidal de Negreiros, entre os anos 1950 e 1970, sendo possível observar a dinâmica de verticalização do espaço.

Pequenas observações adicionais também foram de relevo, tal como a presença de marquises em alguns prédios, possibilitada pela técnica do concreto, em contraposição aos prédios mais antigos, sem essa possibilidade. Ainda se realizou uma comparação da fachada prédio Nações Unidas, de característica mais "vazada" e dotada de com inúmeras janelas, com outros prédios da praça, mais antigos e mais "cheios", pela impossibilidade da estrutura suportar essa predominância dos vazios.

Nos arredores, a presença de comércio praticado por chineses (ou de produtos chineses), de atrativo popular, é outro testemunho de um processo bastante atual de reconfiguração do espaço em função dos fluxos que ligam a cidade ao mundo. Ainda a existência de serviços como odontologia popular definem importantes marcas de sociabilidade e de vida econômica do local. Foram-se os bondes, inúteis nos novos fluxos urbanos; o comércio mais sofisticado migrou para novos bairros e instalou-se um comércio para população de menor renda. O próprio abandono do antigo prédio do INSS, hoje uma ocupação urbana de moradia popular, vincula a praça a essa dinâmica social e econômica mais ampla. A presença de ambulantes, lavadores de carro e outros trabalhadores urbanos talvez remeta a situações de outras épocas, quando a mesma praça, no final da Rua da Baixa, era lugar da extinta Igreja dos Pretos e vizinha da Igreja de Nossa Senhora das Mercês dos Homens Pardos, que trataremos adiante.

Não previsto inicialmente, tivemos a oportunidade de subir ao mirante do Paraíba Palace, hoje Praça de Alimentação do Shopping Center instalado no local. De lá, foi possível fazer várias observações, que iam da várzea do Sanhauá/Paraíba, às ruas centrais da cidade. Um ponto a destacar, dada sua visibilidade, foi a comparação entre a largura das ruas próximas à edificação (normalmente estreitas, na parte mais antiga da cidade) e a da Avenida Getúlio Vargas, além do Parkway da Lagoa, urbanizado nos anos 1930, que apresenta três faixas em cada via, em forma de alameda, que indica uma cidade que se pretendia colocar nos novos parâmetros de desenvolvimento e atestava a presença do automóvel como novo definidor dos eixos de circulação urbana. Perceptível nessa observação é a presença, na mesma Avenida Getúlio Vargas, do conjunto arquitetônico do Liceu Paraibano e outras edificações que compuseram o Instituto Paraibano de Educação, a partir da mesma década de 1930, que indica novos princípios civilizatórios para a cidade.

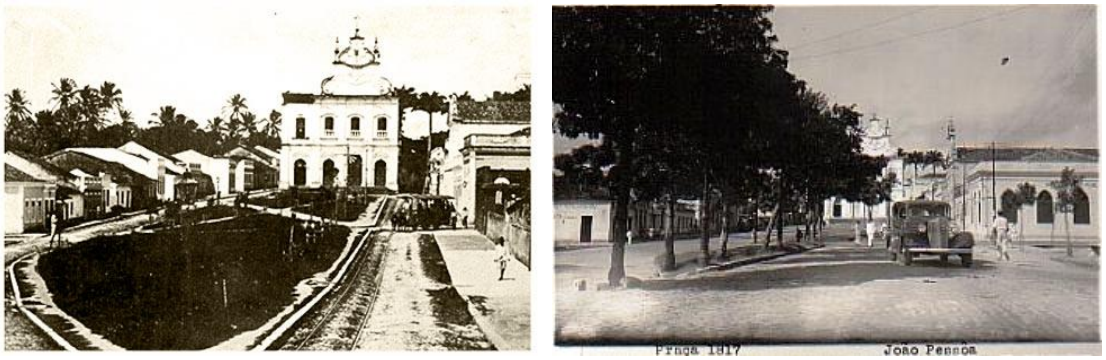
Parkway da Lagoa, na década de 1930. Novas e amplas avenidas desenhavam um novo perfil urbano para a velha cidade.

No passo seguinte, após quase uma hora de atividade, o grupo ingressou na vizinha Praça 1817, antigo Largo das Mercês. Diferentemente da Praça Vidal de Negreiros, recentemente reformada, a 1817 apresentava à época um completo abandono e degradação – muito embora esteja em andamento sua reforma e requalificação –, e parecia um lugar "sem história", por não reunir um acervo arquitetônico notável como na anterior. Nesse particular, entrou um dos propósitos fundamentais da atividade, qual seja a educação do olhar.

Esse lugar, a princípio dos menos atrativos para quaisquer exercícios de observação vinculados a uma concepção "monumental" de história, tornou-se mesmo num dos espaços mais interessantes de questionamentos acerca das modificações urbanas e suas relações com as mudanças sociais historicamente vivenciadas.

A atual Praça 1817 se situava, no mapa do século XVII, nas franjas da área urbana, num declive em direção à lagoa (hoje Parque Solon de Lucena). Pelo que se pode deduzir, caso não fosse matagal, poderia possuir precárias edificações, de populações trabalhadoras da pequena urbe. As informações cartográficas e escritas disponíveis não permitem ir além de alguma suposição razoável. Entre a Rua Direita (atual Duque de Caxias), terminando na Santa Casa de Misericórdia, a baixa (região da atual Praça Vidal de Negreiros) e o Convento dos Jesuítas (no Terreiro de Jesus, atual Praça João Pessoa), se situava área desprovida de construções de relevo, não captadas nessas representações cartográficas mais recuadas. Lugar de atirar monturos de lixo? De criação de miunças? De roçados? De moradias precárias? Matagal? Bom, certamente os testemunhos do século XVIII atestam que a mesma não havia se tornado área de grande relevo sócio-econômico. No Terreiro de Jesus, a expulsão dos Jesuítas e a posterior mudança do Palácio do Governo para o antigo Convento da Companhia, trouxe uma centralidade para a área; mas, no declive da atual 1817, instalou-se em finais do Setecentos a Igreja de Nossa Senhora das Mercês dos Homens Pardos, dirigida pela Irmandade das Mercês, composta por pessoas de poder aquisitivo e proeminência social levemente superior aos "Pretos" do vizinho Rosário e certamente inferior aos brancos da Rua Direita.

Nas escassas imagens e outras informações disponíveis, sabe-se que havia edificações laterais à Igreja das Mercês e que os terrenos da área devem ter recebido algum aterro, bem como trechos da baixa, em momentos diversos, com a finalidade de aplainar os terrenos. A Igreja se manteve como centro desse lugar até inícios do século XX, quando teve de dividir o espaço com a Igreja Presbiteriana, evidenciando o crescimento das denominações reformadas que passaram a desafiar a primazia do Catolicismo desde finais do século XIX e ao longo do XX. Em 1917, o Largo foi rebatizado Praça 1817, em alusão ao movimento político do século anterior. Já em dias que correm, o templo antigo Católico foi demolido e mudado para terreno próximo, o antigo templo Presbiteriano foi desativado, transformado em Bingo e, atualmente, em Loja de Roupas Infantis. O espaço foi completamente dessacralizado.



Largo das Mercês/Praça 1817, entre 1910 e 1919 – Observa-se bonde movido a burros e acendedor de lampião a querosene, substituídos pelo automóvel e a fiação da rede elétrica. Na primeira, à esquerda, moradias de porte não tão expressivo e vegetação ao fundo.

Antigo Páteo das Mercês – 1919 – ao lado a Primeira Igreja Presbiteriana, que funcionou no local entre 1896 e 1985.

Imagens da Praça 1817 entre os anos 1960 e por volta de 2010. Igreja demolida e em seu lugar um Posto de Gasolina; outra desativada. Lugar "dessacralizado".

A atividade se prolongou por diversos outros logradouros, mas os limites do presente artigo não permitem estender as considerações – que serão feitas em outra ocasião –, muito embora já possam nos permitir algumas constatações sobre a experiência.

Inicialmente, retomamos a questão da temporalidade presente. É a partir dela que se estabelece a atividade. As pessoas e coisas que estão nas ruas hoje (bem como a memória ou vestígio das que já estiveram) fazem tanto parte da história dos lugares quanto o passado o qual se pretende monumentalizar. Um transeunte que passa e "dá um pitaco" é tão personagem da história do lugar quanto os "herois do passado". A história se faz com a matéria dos que estão vivos e dos que já o estiveram. Afastar essa clivagem presente/passado e pensar uma relação de diálogo com as temporalidades é uma maneira importante de evitar a criação de uma visão estereotipada ou idealizada do passado.

Retomando Luc, o processo de observação é tão ou mais importante que a coisa observada. Dessa forma, o olhar pode ser educado. Pode-se aprender a ver o que não se dá sem a indagação, sem a problematização. O estudo de História, na sala de aula, nos livros ou nas ruas, não passa de exercício de memorização se não está vinculado ao levantamento de problemas, ao questionamento. Dessa forma, um estudo do meio vinculado à educação patrimonial deve estar diretamente ligado a uma postura ativa na produção do conhecimento, deve estar firmemente vinculado ao trabalho da sala de aula, deve se relacionar diretamente com o que acontece no ambiente escolar. É necessário ir além do ato episódico e quase casual.

Por fim, mas sem se aventar aqui uma conclusão absolutamente fechada, as leituras possíveis do patrimônio são muitas e potencialmente muito ricas (não obstante possa haver algumas empobrecedoras) e, dessa forma, podem colaborar efetivamente para um ganho qualitativo no ensino de História, que amplie a condição de observar e problematizar, condições essenciais para que a disciplina se torne efetivamente um instrumento de leitura do mundo.